

UNB: uma universidade e muitas invasões

BRASILIA (SUCURSAL) — Mais que qualquer outra no País, a Universidade de Brasília é uma universidade em crise; quando não é política, é financeira, didática ou mesmo policial. De 1964 para cá, o "campus" foi ocupado sete vezes por tropas da Polícia, Exército ou por elementos da DOPS, sem contar as constantes ingerências externas sob forma de pressão. É uma Universidade que ninguém ainda conseguiu entender sua estrutura.

Embora o mandato do reitor seja de quatro anos, a UNB, em pouco mais de três anos, já teve sete reitores nesse mesmo período, cerca de 250 professores foram sumariamente demitidos ou transferidos para órgãos do Ministério da Educação. Muitos de seus professores e estudantes já estiveram presos e, inclusive, submetidos a espancamentos.

Financeiramente a UNB chegou até a estar inteiramente desacreditada na praça de Brasília como no resto do País, com um débito de 11 bilhões de cruzeiros antigos, durante a gestão do professor Laerte Ramos.

O índice de atendimento à programação da Universidade caiu em 70% nos últimos anos, ou seja 15 por cento ao ano. Em 1967 apenas 30,9 por cento do programado foram cumpridos.

Para 1968 previa-se que a universidade teria 9.000 alunos. Na verdade ela só tem 2.800, ou seja 31,1 por cento do programado. De acordo com o plano original, a UNB deveria ter, em 1968, alojamentos para 5.000 alunos e professores. Face aos cortes de verbas constantes só existem 220 residências.

Curriculo

O Conselho Federal da Educação deveria ter aprovado na última sexta-feira o quarto estatuto da Universidade. O próprio ministro da Educação prometeu interceder junto ao Conselho para que isto acontecesse.

O novo estatuto não só disciplina uma série de órgãos e unidades dentro da UNB, como também modifica dezenas de detalhes do plano original, concebido pelos professores Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e um grupo de educadores que percorreu diversas universidades nos Estados Unidos e na Europa, estudando suas estruturas, numa tentativa de encontrar uma forma dinâmica de ensino e que pudesse atender às demandas do desenvolvimento nacional.

Pela primeira vez no País uma universidade não tinha excedentes. Os que perdiam o vestibular podiam iniciar o curso universitário na qualidade de aluno especial, requerendo-se depois, para a obtenção do diploma, o vestibular. A estrutura proposta confundiu o próprio Conselho Federal da Educação, que até hoje não reconheceu os cursos dados pela Universidade de Brasília.

A nova universidade brasileira provocou debates intensos em todo País, onde se pretendia uma reforma ampla no ensino e na educação do povo brasileiro. Quando a universidade de Brasília en-

contrava-se no mais alto grau de desenvolvimento e de motivação dos intelectuais nacionais e estrangeiros, que para aqui se dirigiam, veio a revolução de 1964.

Começam as crises

No dia 9 de abril de 1964, tropas da Polícia Militar em conjunto com tropas do Exército, sediadas em Mato Grosso, em 14 ônibus e três ambulâncias, invadiram o "campus" da universidade. Foi uma batida e uma revista completa na Secretaria, Reitoria e nos principais departamentos da UNB. A Biblioteca Central ficou interditada pelas tropas durante 16 dias e de lá foram retiradas obras preciosas, que até hoje não foram repostas.

Muitos professores foram presos e mandados para o quartel do Batalhão da Guarda Presidencial, onde permaneceram 18 dias.

Desgostoso, o reitor Anísio Teixeira e o vice-reitor Almir de Castro pediram demissão. O último permaneceu alguns dias mais na UNB, até que chegasse o novo reitor. Na mesma época, todo o conselho da Fundação Universidade de Brasília foi demitido. Os professores voltaram às aulas sob pressão, tentando manter um clima de calma.

Novo reitor

Chega o novo reitor: Prof. Zeferino Vaz. Alguns dias depois, quando se procurava voltar à vida normal, aparece uma lista de demissão de 13 professores — alguns considerados autoridades mundiais — sem qualquer justificativa, processo ou direito de defesa. A partir daquele momento, as verbas para a Universidade começaram a ser limitadas e sofrer atraso ou cortes.

O professor Zeferino Vaz conseguiu manter-se à frente da UNB, mesmo com o clima de intranquilidade existente e as constantes pressões militares, até o segundo semestre de 1965, quando a crise surgida em torno da demissão do professor católico Ernani Maria Fiori, que iria iniciar na UNB

um curso de filosofia, provocou sua demissão.

Laerte e a demissão dos 200

Para sucedê-lo, foi nomeado o professor Laerte Ramos de Carvalho catedrático de Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia da USP. O ministro da Educação na época e o novo reitor começaram a intervir diretamente no "campus", transferindo para aquele Ministério vários professores, até o dia em que a medida alcançou o professor Roberto Las Casas.

Com o crescente clima de intranquilidade dentro da UNB, os coordenadores se reuniram e entregaram seus cargos ao reitor, estavam em setembro. O reitor se negou a aceitar as demissões. Entretanto as condições internas iam aceleradamente se deteriorando, e os coordenadores voltaram no dia 8 de setembro com os pedidos de exoneração, já agora com o apoio dos professores. Em sinal de protesto, o corpo docente suspendeu seus trabalhos por 24 horas, e no dia seguinte os estudantes se declararam em greve geral.

Aí se deu a segunda invasão do "campus", a pedido do reitor, quando tropas da PM e a DOPS entraram na Universidade, prendendo estudantes e professores sem discriminar a nacionalidade. Nessa época foi preso o especialista em física do átomo, Michel Paty, gerando o protesto do governo francês, e o arquiteto indiano Shan Janveja.

A repressão foi violenta durante uma semana toda. Uma manifestação conjunta entre universitários e secundaristas na Estação Rodoviária de Brasília foi fortemente reprimida.

Sob protesto mundial, no dia 18 de outubro, em plena crise, o reitor Laerte Ramos de Carvalho demitiu sumariamente 15 professores. No outro dia, 208 professores pediam também suas demissões.

O exodo de professores, cientistas e técnicos brasilei-

ros, iniciado em abril de 1964 atingiu seu clímax na crise da universidade com a saída de dezenas deles a convite de governos estrangeiros, sob o olhar atônito da Nação.

A caça de professores

Quarenta e cinco dias depois, a Universidade voltava a funcionar com professores requisitados a toque de caixa, principalmente na área do ensino secundário, em regime de acumulação de cargo, o que levou a Universidade à uma condição de mero aglomerado de metas sem maior qualificação.

A organização estudantil fora praticamente desmantelada. Até nas salas de aulas, estudantes eram presos por agentes, infiltrados. Vários cursos, como sociologia, antropologia e cinema foram definitivamente fechados.

Terceira invasão

Em maio de 1967, quando o embaixador dos Estados Unidos, John Tuhtill resolveu entregar pessoalmente e dentro da Universidade, uma doação em livros para a Biblioteca Central, a Polícia voltou a invadir a Universidade, para impedir uma manifestação, prendendo e espancando dezenas de estudantes no interior da Biblioteca, após a saída do embaixador americano, do reitor Laerte Ramos de Carvalho e das autoridades presentes.

No segundo semestre deste mesmo ano, os estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Instituto Central de Artes, resolveram fechar as portas das unidades por tempo indeterminado até que fossem demitidos todos os seus professores considerados incompetentes, e até que fosse realizada a reestruturação geral nas duas unidades, segundo os alunos, "compatível com a realidade brasileira".

Mais duas invasões

Duas outras invasões foram efetuadas no primeiro semestre deste ano, após o clima de tensão provocado pelo assassinio do estudante Edson Luis do Nascimento, na Guanabara.

Entre uma e outra invasão, os alunos reuniram-se em Assembleia Geral e decidiram expulsar do campus o professor Ricardo Roman Blanco, do Departamento de História, sob a alegação de que era "desonesto e dedeado", responsabilizando-o ainda pelas atitudes da Polícia ao espancar estudantes dentro da Biblioteca.

Penúltima invasão

De novembro do ano passado para cá, já era reitor o professor Caio Benjamin Dias, que para aceitar o cargo pediu apoio total do governo e a suplementação de créditos para o pagamento das dívidas da Universidade que ultrapassavam a casa dos 11 bilhões de cruzeiros antigos.

Em julho, o "campus" foi novamente invadido por tro-

pas da Polícia Militar e agentes do DOPS, às cinco horas da manhã, que arrancaram os estudantes, ainda dormindo, dos próprios aposentos, efetuando diversas prisões. A invasão foi desta vez solicitada pelo reitor Caio Benjamin Dias, sob a alegação de depredação do "campus".

A tensão continuou por todo o mês de julho, culminando com a prisão de um policial que entrou no "campus" em uma viatura policial, em atitude, considerada pelos estudantes de, "provação".

Desde 1964, a Universidade de Brasília vem sendo vigiada dentro do próprio "campus", por policiais, que circulam livremente em carros particulares, sobretudo com placas de municípios do interior de Goiás e, até mesmo em carros da Polícia.

A sétima invasão

Sob a justificativa de prender sete estudantes que tinham suas prisões preventivas decretadas pela Auditoria Militar de Juiz de Fora, sobretudo o presidente da FEUB, Honestino Guimarães, a Polícia e agentes do DOPS, protegidos por tropas do Exército que ficaram na asa norte, invadiram, "pela última vez", segundo o presidente Costa e Silva, o "campus" da UNB, munidos de metralhadoras, revólveres, mosquetões e cascatetes.

A Universidade, em pleno regime de aulas e pesquisas foi depredada, sendo os alunos alvo de tiros, espancamentos e prisões, que não perdoaram nem mesmo parlamentares que para ali se dirigiram a fim de proteger os jovens da sede de violência.

O reitor não estava em Brasília, o ministro da Educação, digla-se resfriado e ninguém conhecia o paradei-

ro do diretor da Polícia Federal.

Os culpados

A apuração dos fatos vem sendo difícil. Agora ninguém é culpado.

Mas o estudante Waldemar Alves da Silva Filho, ferido a bala na cabeça, ficará paralisado de um lado do corpo, perderá a voz e um dos olhos. O estudante Aluizio Moreira perde progressivamente a memória, em virtude das sevícias sofridas por parte de agentes do DOPS.

O estudante Marcio Teles poderá ficar com a perna imobilizada em virtude de um tiro.

Estes é que pagam a culpa. Todavia há boas perspectivas para a UNB, que dependem das medidas determinadas pelo presidente da República. Os estudantes e professores reúnem-se amanhã para discutir a volta às aulas. Eles não acreditam em punição. Aham que está é uma crise como outra qualquer em outras universidades brasileiras. Assim, de crise em crise, a Universidade de Brasília vem passando por um desgaste generalizado. O governo procura as soluções através da reforma universitária e um relatório sobre educação no Brasil.

A Polícia podia prender, mas não invadir, diz o presidente da CPI

BRASILIA (SUCURSAL) — A Polícia Federal não tinha mandado de busca e apreensão para vasculhar as salas de aula e os laboratórios da Universidade de Brasília, à procura dos estudantes que estavam com prisão preventiva decretada pela Justiça Militar — afirmou ontem o deputado Celestino Filho (MDB-GO), presidente da CPI que investiga as violências da Polícia contra os estudantes e que já tomou os depoimentos dos generais Dionísio Nascimento e Palma Cabral, respectivamente diretor de operações da Polícia Federal e secretário de Segurança de Brasília, e do coronel Alzir Gay, comandante da PM do Distrito Federal.

Segundo o sr. Celestino Filho, todos os depoentes sustentaram, na CPI, que se limitavam a cumprir o mandado de prisão expedido pela Justiça Militar. A seu ver, entretanto, "pela lei, as autoridades policiais deviam apresentar ao reitor, além do mandado de prisão, a ordem de busca e apreensão". O parlamentar acha que o simples mandado de prisão contra os estudantes não basta, legalmente, para justificar a invasão de próprios particulares, como os edifícios da Fundação da Universidade e Brasília.

A CPI vai ouvir, na semana entrante, o coronel Raul Munhoz, que quando da invasão da UNB substituiu interinamente o general Bretas Cupertino, diretor-geral da Polícia Federal.